



A CONAE COMO ESPAÇO DE MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE EM TORNO DO PROJETO DE RECONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA A PRÓXIMA DÉCADA

Antônio Agostinho da Silva Filho¹

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo analisar os relatos sobre o processo de mobilização e realização das conferências municipais, intermunicipais, distrital e estaduais de educação. Tais eventos, que ocorreram em diversos formatos nas cinco regiões brasileiras, são examinados à luz da síntese elaborada e divulgada pelo Boletim 9 do GT 05 (Estado e Política Educacional) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), em parceria com a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae). O texto realiza uma análise de conteúdo dos relatos e apresenta uma síntese analítica dos dados preliminares das etapas que precederam a Conferência Nacional de Educação (CONAE) 2024 e que subsidiou o Projeto de Lei nº 2.614/2024, o qual instituiu o novo Plano Nacional de Educação (2024-2034), em análise na Câmara dos Deputados.

A CONAE COMO ESPAÇO DE MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Os planos de educação no Brasil têm uma longa trajetória e têm representado um processo de mobilização em torno da pauta das políticas educacionais, como resultado de um amplo processo de luta, cuja culminância se manifesta nas variadas formas de participação democrática, efetivada em conjunto com diferentes atores sociais.

Nesse contexto, a Conferência Nacional de Educação (Conae) se

¹ Doutor em Educação. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE. antonio.agostinho@upe.br.



apresenta como um espaço aglutinador que ocupa um papel central e estratégico nas definições dos planos de educação, cujas metas e estratégias são reflexos da mobilização do Fórum Nacional de Educação (FNE), dos Fóruns Estaduais de Educação (FEs), do Fórum Distrital de Educação (FDE) e dos Fóruns Municipais de Educação (FMEs).

De acordo com Marques (2016), a participação social em processos decisórios é uma forma de ampliação do espaço público e reverbera no seu conjunto, os interesses de uma coletividade, ao mesmo tempo em que fortalece os mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação dos planos de educação nas várias instâncias federativas.

Nesse sentido, podemos definir, a partir da análise do Boletim do GT 05 da Anped, algumas categorias que se constituem como peças-chave desse processo democrático: a mobilização social, os desafios regionais, o planejamento educacional e as formas de organização das conferências.

O QUE DIZ O BOLETIM 09 DO GT 05 – ESTADO E POLÍTICA (ANPED) SOBRE AS ETAPAS PREPARATÓRIAS DA CONAE

Ao analisarmos os relatos presentes no Boletim da Anped, observamos que há um esforço coletivo em torno da efetividade da participação de um conjunto diverso de forças progressistas, incluindo associações científicas, acadêmicas, sindicatos e movimentos sociais, para reestabelecer os processos democráticos na formulação de políticas educacionais, especialmente no que tange ao Plano Nacional de Educação (PNE) para a próxima década (2024-2034). Para Aguiar (2010), a busca pela construção das bases da organização da educação, nos últimos anos, encontra respaldo em eventos de grande abrangência como a Conae, pois abordam as temáticas do planejamento decenal de maneira muito clara.

Nesse quesito, a Conae 2024 emerge como um espaço crucial para o planejamento da educação, funcionando como uma oportunidade de aprendizado e um mecanismo de gestão democrática, uma vez que, nos relatos,



a dimensão do planejamento educacional no Brasil é considerado ainda frágil, o que representa uma oportunidade vital para discutir e estabelecer diretrizes para uma educação de qualidade para todas as pessoas.

Esses pontos refletem a complexidade e a diversidade de desafios e iniciativas presentes nos relatos, evidenciando uma combinação de estratégias adaptativas e colaborativas, necessárias para uma abordagem participativa e democrática na construção de políticas educacionais no Brasil, no que concerne ao Plano Nacional de Educação, entendido na perspectiva de Dourado (2017) como o epicentro das políticas públicas.

Quando direcionamos a análise para os formatos das conferências, podemos destacar uma diversidade de formas de realização. As conferências preparatórias foram realizadas em diferentes níveis – municipal, intermunicipal, regional e nacional – e isso permitiu que o processo fosse abrangente e acessível a uma variedade de participantes em diferentes estágios da organização.

Ainda nesse contexto houve a adoção de formatos híbridos, combinando eventos presenciais e remotos, inclusive por meio de audiências públicas, permitindo a inclusão de mais pessoas, especialmente em contextos com dificuldades de deslocamento ou restrições de tempo e orçamento. A flexibilidade do formato remoto permitiu uma continuidade do processo, mesmo em contextos de crise, garantindo que o debate educacional prosseguisse em um ambiente colaborativo.

Quanto à realização, as conferências foram estruturadas em múltiplas etapas (duas ou três fases), facilitando um planejamento gradual e uma maior concentração das discussões. Esse modelo permitiu a mobilização e organização das etapas seguintes, garantindo um amadurecimento progressivo dos debates.

A implementação em diferentes fases também possibilitou uma coordenação mais robusta entre as diversas regiões e fóruns municipais, estaduais e distrital, promovendo uma articulação eficiente entre os níveis local e nacional.

As conferências presenciais foram vistas como fundamentais para a

consolidação dos debates e da mobilização. Elas proporcionaram uma oportunidade para os participantes trocarem experiências diretamente, consolidando as propostas discutidas nas etapas remotas e regionais. Esse formato aprofundou o engajamento e a articulação local, pois permitiu que grupos que já haviam trabalhado remotamente se reunissem para ratificar ou ampliar suas propostas.

A análise sobre o nível de participação nas conferências preparatórias para a Conferência Nacional de Educação (Conae), a partir dos relatos fornecidos, revela uma série de desafios e êxitos em diferentes regiões do país, especialmente no contexto pós-pandemia e após períodos de descontinuidade nas políticas educacionais. O nível de participação nas referidas conferências variou de acordo com as condições regionais, o comprometimento institucional e os esforços de mobilização local.

Entre os desafios apresentados no Boletim, ficam evidentes as dificuldades de mobilização, com desafios especialmente em algumas regiões, como no Centro-Oeste e Sudeste do país, onde houve resistência de alguns órgãos governamentais, com enfrentamentos na indicação de delegados para a conferência.

Os relatos demonstram que em outras regiões, como Norte e Nordeste, houve o apoio de redes colaborativas e articulação entre fóruns estaduais, capaz de garantir ampla participação nas conferências locais, regionais e estaduais. O envolvimento ativo das lideranças e dos participantes locais refletiu a importância que a região atribui à reconstrução educacional.

De modo geral, um aspecto positivo observado foi a colaboração entre fóruns estaduais e regionais, o que facilitou a coordenação das conferências em vários estados, mesmo diante de um curto prazo de organização. Os relatos destacam que “o Brasil historicamente não priorizou a participação social no planejamento educacional” (Boletim Anpae).

Nesse sentido, a CONAE, portanto, representou um momento crucial para a ampliação dessa participação, com o objetivo de democratizar as decisões sobre educação e incluir um número maior de pessoas nas discussões sobre as



políticas públicas de educação.

CONSIDERAÇÕES

Conforme podemos observar na exposição da análise dos relatos das etapas que precederam a Conae 2024, houve um amplo processo de mobilização e participação de várias regiões do Brasil em relação à Conferência Nacional de Educação (CONAE), destacando a resistência e o empenho de forças progressistas, sindicatos, associações acadêmicas e científicas, além de movimentos sociais.

Consideramos que as forças progressistas tiveram um papel central para restabelecer novas formas de participação social na formulação de políticas educacionais, com foco na relevância do Plano Nacional de Educação (PNE) 2024-2034.

Por fim, consideramos que a adoção de formatos híbridos (remotos e presenciais) foi um fator-chave para garantir a participação em um contexto de desafios logísticos, mas o apoio governamental e a mobilização local ainda foram determinantes no sucesso das conferências.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia Ângela da S.; SHEIBE, Leida. Formação e valorização. **Retratos da Escola**, v. 4, n. 6, 2010.

BRASIL. Projeto de Lei 2614/2024. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 27 jun. 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2443764&fichaAmigavel=nao>. Acesso em: 22 set. 2024.

BRASIL. Decreto nº 11.697, de 13 de setembro de 2023. Convoca, em caráter extraordinário, a Conferência Nacional de Educação - Conae, edição 2024. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 set. 2023. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=11697&ano=2023&data=11/09/2023&ato=71eQzZU50MZpWTc7c>. Acesso em: 22 de set. 2024.



DOURADO, Luiz Fernandes. **Plano Nacional de Educação:** o epicentro das políticas de Estado para a educação brasileira. Goiânia: Editora Imprensa Universitária; ANPAE, 2017.

MARQUES, Luciana Rosa. Participação e controle social: contribuições ao planejamento educacional. *In:* AZEVEDO, Janete Maria Lins; AGUIAR, Márcia Ângela (org.). **Qualidade Social da Educação Básica.** Camaragibe: CCS Gráfica e Editora, 2016.